

Sumário

Apresentação	xix
Prefácio	xxi
Capítulo 1 – Direito Financeiro	1
1. Principais aspectos sobre Finanças Públicas.....	1
1.1. A Ciência das Finanças e o Direito Financeiro	3
1.2. Autonomia e Codificação do Direito Financeiro	4
1.3. Finalidades da Atividade Financeira	6
1.4. Aspectos Constitucionais e Infraconstitucionais do Direito Financeiro.....	8
2. Principais aspectos sobre a Receita Pública.....	10
2.1. Distinção entre Ingresso e Receita.....	10
2.2. Classificação das Receitas.....	10
2.2.1. Receitas Ordinárias e Extraordinárias.....	11
2.2.2. Receitas Originárias e Derivadas.....	11
2.2.3. Receita Corrente e de Capital.....	11
2.3. Estágios da Receita Pública.....	12
2.4. Renúncia de Receita.....	12
3. Principais Aspectos sobre a Despesa Pública.....	13
3.1. Classificação das Despesas Públicas.....	13
3.1.1. Despesas Orçamentárias e Extra-orçamentárias.....	13
3.1.2. Despesas Ordinárias e Extraordinárias.....	14
3.1.3. Despesas Correntes e Despesas de Capital.....	14
3.1.4. Despesas Produtivas, Reprodutivas e Improdutivas.....	14
3.2. Processamento das Despesas Públicas.....	15
3.3. Precatórios Judiciais	15
3.3.1. Sentença e Fazenda Pública.....	16
3.3.2. Exceção ao Sistema do Precatório	17
3.3.3. Renúncia ao Valor Excedente.....	21
3.3.4. Ação de Repetição de Indébito.....	21
3.3.5. O precatório em matéria tributária	24
4. Principais aspectos sobre o Orçamento Público.....	26
4.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	28
4.3. Lei Orçamentária Anual	28
4.4. Evolução Constitucional	30
4.5. Tipos de Orçamento.....	31
4.6. Superávit e Déficit Financeiro.....	32
4.7. Conceito de Orçamento e sua Natureza Jurídica	32

4.8. Elementos do Orçamento	33
4.9. Princípios Orçamentários	33
4.9.1. Anualidade Orçamentária	33
4.9.2. Unidade	34
4.9.3. Universalidade	34
4.9.4. Legalidade	34
4.9.5. Publicidade Orçamentária	35
4.9.6. Proibição de Estorno	35
4.9.7. Equilíbrio Orçamentário-Financeiro.....	35
4.9.8. Clareza ou Transparência.....	36
4.9.9. Exclusividade	36
4.9.10. Não-vinculação	37
4.10. Ciclo Orçamentário.....	37
4.11. Controle Orçamentário - Tribunal de Contas e Vedações Constitucionais..	38
4.11.1. Operações de Crédito por Antecipação de Receita	44
4.11.2. Garantia e Contragarantia.....	45
4.12. Créditos Orçamentários Adicionais	45
5. Principais aspectos sobre o Crédito Público.....	47
5.1. Conceito e Natureza Jurídica.....	47
5.2. A Dívida Pública Brasileira e Títulos da Dívida Pública	48
5.3. Classificação.....	50
5.3.1. Compulsório ou Voluntário	50
5.3.2. Perpétuo ou Temporário	52
5.3.3. Flutuante e Fundado	52
Capítulo 2 – Fontes do Direito Tributário	73
2.1. Introdução.....	73
2.2. Conceito de Direito Tributário.....	74
2.3. Fontes do Direito Tributário.....	74
2.3.1. Fontes Formais Principais.....	75
2.3.2. Fontes Formais Secundárias.....	106
Capítulo 3 – Hermenêutica do Direito Tributário	121
3.1. Legislação Tributária	121
3.2. Estrutura da Norma Tributária.....	122
3.3. Amplitude dos institutos vigência, aplicação, interpretação e integração da norma	122
3.4. Vigência da Legislação Tributária	124
3.4.1. Vigência da Lei no Tempo.....	125
3.4.2. Vigência da Lei no Espaço	127
3.4.3. Vigência da Lei Brasileira no Exterior	128
3.5. Tributação Internacional	129
3.6. Aplicação da Legislação Tributária.....	129
3.7. Interpretação da Legislação Tributária	134
3.7.1. Diferença entre Interpretação, Integração e Correção	134

3.7.2. Métodos de Interpretação.....	135
3.7.3. Controvérsia entre a Definição e os Efeitos dos Institutos – arts. 109 e 110 do CTN.....	139
3.8. Integração da Legislação Tributária	144
Capítulo 4 – Tributos em Espécie.....	161
4.1. Noções Gerais	161
4.2. Comentários ao art. 3º do CTN.....	161
4.3. Classificação dos Tributos	165
4.3.1. Vinculado e não-vinculado.....	165
4.3.2. Fiscais, Extrafiscais e Parafiscais.....	166
4.3.3. Federais, Estaduais e Municipais	168
4.4. Espécies de Tributos.....	168
4.4.1. Imposto	170
4.4.1.1. Inconstitucionalidade por Arrastamento	171
4.4.1.2. Classificação dos Impostos	172
4.4.2. Taxas.....	180
4.4.3. Contribuições de Melhoria	195
4.4.4. Empréstimos Compulsórios	198
4.4.5. Contribuições Especiais.....	203
Capítulo 5 – Sistema Tributário Nacional.....	263
5.1. Sistema Tributário Nacional	263
5.2. Evolução Constitucional	268
5.3. Globalização.....	270
5.4. Reforma Tributária.....	271
5.5. Direitos Humanos e Tributação.....	273
Capítulo 6 – Competência Tributária.....	285
6.1. Conceito	285
6.2. O Exercício da Competência Tributária – Faculdade ou Dever.....	286
6.3. A Expressão Competência Legislativa Plena	286
6.4. Repartição de Receita e Competência.....	287
6.5. Competência Positiva e Competência Negativa.....	289
6.6. Competência e Emenda Constitucional.....	289
6.7. Lei Complementar – Conflito de Competência e Competência Concorrente... ..	290
6.8. Competência e Capacidade Tributária	292
6.9. Princípios Inerentes à Competência Tributária	294
Capítulo 7 – Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar.....	305
7.1. Introdução.....	305
7.2. Limites ou Limitações	305
7.3. Natureza Jurídica.....	306
7.4. Imunidades e Princípios.....	306
7.5. Aspectos da Não-incidência Tributária.....	308
7.5.1. Isenção	309

7.5.2. Alíquota Zero	309
7.5.3. Imunidades	310
7.6. Principais Aspectos sobre as Imunidades.....	310
7.6.1. Histórico.....	311
7.6.2. Classificação das Imunidades.....	313
7.6.2.1. Subjetivas e Objetivas.....	313
7.6.2.2. Expressas e Implícitas.....	313
7.6.2.3. Incondicionais e Condicionais.....	313
7.6.2.4 Genéricas e Específicas.....	314
7.6.3. Princípios Constitucionais Tributários	338
Capítulo 8 – Obrigação Tributária	381
8.1. Breves Considerações	381
8.2. Fato Gerador	382
8.2.1. Nomenclatura	382
8.2.2. Classificação do Fato Gerador.....	386
8.2.2.1. Simples e Complexo	386
8.2.2.2. Instantâneo e Complexivo	386
8.2.2.3. Condicional e Incondicional.....	386
8.2.2.4. Causal e Formal	388
8.2.2.5. Típico e Complementar.....	388
8.2.2.6. Genérico e Específico	388
8.2.3. Elementos do Fato Gerador Integral.....	388
8.3. Relação Jurídica Tributária	390
8.3.1. Natureza Jurídica da relação jurídico-tributária.....	390
8.4. Tributo e Penalidade	392
8.5. Obrigação Tributária	393
8.5.1. Aspectos da Obrigação no Direito Civil e no Direito Tributário	393
8.5.2. Espécies	395
8.5.2.1. Obrigação Principal.....	395
8.5.2.2. Obrigação Acessória	396
8.5.3. Diferença entre Obrigação e Responsabilidade.....	397
8.6. Distinção entre Elisão, Evasão e Elusão Fiscal.....	398
8.7. Solidariedade Tributária.....	401
8.7.1. Benefício de Ordem	402
8.7.2. Efeitos da Solidariedade	402
8.8. Capacidade Tributária Passiva	403
8.9. Domicílio Tributário	404
Capítulo 9 – Responsabilidade Tributária.....	425
9.1. Persecução Tributária.....	425
9.2. Finalidades da Responsabilidade Tributária	426
9.3. Elementos Subjetivos da Obrigação Tributária	426
9.3.1. Sujeito Ativo	426
9.3.2. Sujeito Passivo	427

9.4. Responsabilidade Tributária	428
9.4.1. Responsabilidade por Substituição	429
9.4.1.1. Responsabilidade por Substituição: Legitimidade, Imunidade e Isenção.....	430
9.4.1.2. Modalidades de substituição	431
9.4.2. Responsabilidade por Transferência	441
9.4.2.1. Distinção entre Substituição e Transferência	441
9.4.2.2. Modalidades de Responsabilidade por transferência.....	442
Capítulo 10 – Crédito Tributário.....	511
10.1. Teoria Dualista	511
10.2. Lançamento	511
10.2.1. Conceito.....	512
10.2.2. Competência para efetuar o lançamento	514
10.2.3. Natureza Jurídica (Teoria Declarativista e Constitutivista) e Legislação aplicável ao lançamento.....	515
10.2.4. Características e Funções do Lançamento	517
10.2.5. Lançamento e utilização de câmbio	517
10.2.6. A Revisão do lançamento e princípios inerentes	519
10.2.7. Efeitos do Lançamento.....	525
10.2.8. Modalidades de Lançamento	525
10.3. Crédito Tributário.....	534
10.3.1. Conceito.....	534
10.3.2. Espécies de Créditos.....	535
10.4. Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário.....	538
10.4.1. Introdução.....	538
10.4.2. Efeitos da Suspensão da Exigibilidade.....	539
10.4.3. Alcance da expressão “suspensão da exigibilidade do crédito”	539
10.4.4. Possibilidade de Suspensão antes do Lançamento.....	540
10.4.5. Taxatividade do art. 151, do CTN	541
10.4.6. Modalidades.....	542
10.4.6.1. Moratória	542
10.4.6.1.1. Espécies de Moratória	542
10.4.6.1.2. Moratória e Direito Adquirido	544
10.4.6.1.3. Requisitos e Condições.....	545
10.4.6.1.4. Alcance da Moratória	546
10.4.6.1.5. Moratória x Parcelamento	546
10.4.6.2. Depósito do Montante Integral	547
10.4.6.2.1. Depósito e Conversão em Renda.....	549
10.4.6.2.2. Diferença entre Depósito do Montante Integral e Consignação em Pagamento.....	552
10.4.6.2.3. Depósito do Montante Integral e Ação Anulatória de Débito Fiscal	552
10.4.6.3. Reclamações e Recursos Administrativos	553

10.4.6.3.1. Defesas Administrativas e Prescrição Intercorrente	555
10.4.6.3.2. Competência para regulamentação de normas sobre o PAF.	556
10.4.6.3.3. Constitucionalidade do Depósito Recursal e do Arrolamento Administrativo	557
10.4.6.4. Concessão de medida liminar em Mandado de Segurança	560
10.4.6.4.1. A discussão quanto ao Mandado de Segurança contra a lei em tese	561
10.4.6.4.2. Efeitos da cassação da liminar	563
10.4.6.5. Concessão de tutela antecipada em outras ações judiciais	564
10.4.6.5.1. Antecipação de Tutela contra o Poder Público	564
10.4.6.5.2. A exigência de caução ou depósito para a concessão da tutela antecipada	566
10.4.6.5.3. Oferecimento de bens em caução e suspensão da exigibilidade	569
10.4.6.5.4. Possibilidade de Concessão de Tutela Antecipada antes da Contestação	570
10.4.6.5.5. Comentários ao art. 170-A, do Código Tributário Nacional ..	570
10.4.6.6. Parcelamento	571
10.4.6.6.1. Parcelamento e Denúncia Espontânea	573
10.5. Modalidades de Extinção do Crédito Tributário	575
10.5.1 Pagamento	577
10.5.2 Compensação	581
10.5.3 Transação	585
10.5.4 Remissão	585
10.5.5. Prescrição e Decadência	587
10.5.6. Conversão do Depósito em Renda	598
10.5.7. Pagamento Antecipado e Homologação do Lançamento	599
10.5.8. Consignação em Pagamento	600
10.5.9. Decisão Administrativa Irreformável	604
10.5.10. Decisão Judicial Passada em Julgado	606
10.5.11. Dação em Pagamento de Bens Imóveis	606
10.6. Modalidades de Exclusão do Crédito Tributário	607
10.6.1. Anistia	608
10.6.1.1 Não cabimento da anistia	608
10.6.1.2. Classificação	609
10.6.2. Isenção	611
Capítulo 11 – Garantias e Privilégios do Crédito Tributário	629
11.1. Breves Considerações	629
11.2. Garantias x Privilégios	629
11.3. Universalidade dos Bens e Impenhorabilidade	631
11.4. Presunção de Fraude	638
11.4.1. Momento de Caracterização da Presunção de Fraude	638
11.4.2. Presunção Relativa x Presunção Absoluta	639

11.4.3. Fraude contra credores x Fraude à Execução	639
11.5. Penhora on line	640
11.6. Análise do Art. 186 do CTN	641
11.6.1. Multas.....	642
11.6.2. Cessão de créditos.....	643
11.7. Concurso de Preferências	643
11.7.1. Constitucionalidade do art. 187 do CTN	644
11.7.2. Execução Fiscal e Falência	645
11.7.3. Interesse da Fazenda Pública para requerer a falência do devedor	645
11.8. Crédito Extraconcursal	646
11.9. Preferências dos Arts. 189 e 190, do CTN	647
11.9.1. Art. 189 do CTN.....	647
11.9.2. Art. 190 do CTN.....	647
11.10. Exigência da Prova de Quitação de Tributos.....	647
11.10.1. Para extinção das obrigações do falido	647
11.10.2. Para a concessão da Recuperação Judicial	648
11.10.3. Para julgamento de partilha ou adjudicação.....	648
11.11. Exigência de Certidão e Contratação com o Poder Público	649
Capítulo 12 – Administração Tributária, Dívida Ativa e Execução Fiscal	655
12.1. Conceito	655
12.2. A Administração e o Princípio da Legalidade	656
12.3. Fiscalização	657
12.3.1. Sigilo Comercial	658
12.3.2. Dever de Informar e Sigilo Profissional.....	660
12.3.3. Sigilo Fiscal	661
12.3.3.1. Descabimento de Prova Emprestada	662
12.3.4. Sigilo Bancário	663
12.3.4.1. Histórico do Sigilo Bancário no Brasil	663
12.3.4.2. O Sigilo Bancário e o Inventário Extrajudicial	667
12.3.4.3. Alguns Julgados Importantes	667
12.3.5. Auxílio da Força Policial.....	670
12.3.6. Responsabilidade Pessoal do Agente Público	670
12.4. Dívida Ativa.....	671
12.4.1. Conceito	671
12.4.2. Créditos Tributários e Não-tributários.....	671
12.4.3. A Inscrição em Dívida Ativa	673
12.4.3.1. Definição	673
12.4.3.2. Termo de Inscrição.....	673
12.4.3.3. Análise da Expressão “Regular Inscrição”	674
12.4.3.4. Presunção Relativa	675
12.5. Suspensão da Prescrição.....	676
12.6. Certidão de Débito Fiscal.....	677
12.6.1. Efeitos da Certidão	678

12.6.2. Dispensa da Certidão.....	678
12.6.3. Certidão expedida com dolo ou fraude	679
12.7. Substituição da CDA	679
12.8. Processo Tributário e cobrança do crédito fiscal	680
12.8.1. Processo Administrativo	680
12.8.2. Processo Judicial de Cobrança – Execução Fiscal.....	693
Referências Bibliográficas	717